

Jander Lira garante que decisão sobre caso Gianello cabe aos 21 vereadores

Página 3

Jander Lira e Dr. Seraphim garantem que processo contra Gianello segue o rito regimental

Os vereadores integram a Comissão Processante analisam o pedido da defesa de Matheus Gianello, que pede que duas pessoas sejam chamadas para oitiva novamente

CELSON M. RODRIGUES

A comissão processante instaurada pelo Legislativo de São Caetano reavaliou o calendário das investigações que apuram supostas irregularidades do vereador Matheus Gianello - PL.

Assim, após os trabalhos serem interrompidos por determinações judiciais e posteriormente autorizados pelo ministro do STF - Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, o grupo trabalha no reajuste do cronograma, cuja conclusão pode culminar no pedido de cassação do parlamentar liberal.

Dessa maneira, após ouvir o processado, e o presidente da Comissão Processante, o vereador Cicinho Moreira - PL, o REPÓRTER conversou com o relator do colegiado, o parlamentar Jander Lira - PSB, e com o outro integrante do corpo examinador, o presidente do Legislativo, Dr. Seraphim.

AVANÇOS

Nesse sentido, o presidente da Casa comentou sobre o andamento dos trabalhos e a evolução das escutas.

"O processo do Matheus está correndo normalmente, onde foram feitas as oitivas, chamadas testemunhas - e vamos ver como fica. Ele está se defendendo e é um processo normal. A liminar caiu, então

REPRODUÇÃO



Lira destaca prazo e defesa em processo na Câmara

a comissão voltou a trabalhar e está evoluindo. A gente tem feito dentro dos prazos regimentais, está sendo tudo realizado. Temos que aguardar realmente a conclusão para depois ir pra plenário", declarou o médico.

OITIVAS

Contudo, o relator da comissão, Jander Lira explicou sobre as oitivas, em que dez pessoas foram convocadas, porém, duas faltaram.

"Nós vamos, provavelmente ainda essa semana, reunir a comissão para decidir se aceita ou não essa solicitação da defesa para escutar essas testemunhas - que faltaram. Isso vai ser uma decisão da comissão, dos três membros", afirmou Jander.

Do mesmo modo, Lira segue o entendimento ao destacar que a data limite do processo não sofre alteração, sob pena, inclusive, de extinção

sumária do caso.

"O decreto determina que nós temos no máximo 90 dias para fazer o relatório e votar. Se em 90 dias isso não acontecer, caduca. Estamos seguindo o rito do decreto: pode ser antes, mas não pode passar dos 90 dias", ressaltou.

Quanto ao veredicto final, Jander fará o parecer conclusivo, que poderá recomendar a absolvição ou a cassação do parlamentar, mas, não pôde adiantar a decisão.

SEMANTECIPAR

"Não posso adiantar nada para não quebrar os ritos. O relatório pode indicar a absolvição ou a condenação, mas quem vai definir são os jurados, que no caso são os vereadores no plenário. Vou trabalhar dentro da verdade e da ampla defesa. A maioria dos vereadores é quem vai decidir", garantiu ele.

REPRODUÇÃO



Seraphim comenta retornado dos trabalhos após decisão

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política **Página:** Capa + página 3